# DECRETO Nº 345, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026

| | |
|---|---|
| **Número completo** | Decreto nº 345/2026 |
| **Tipo** | Decreto |
| **Data de publicação** | 19/02/2026 |
| **Status** | VIGENTE |
| **Link DOM/JOM** | https://www.marica.rj.gov.br/jom/ed-1840-2/ |

**AVISO**

Esta publicação não substitui a oficial.

**EMENTA**

**REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.641, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RENDA BÁSICA DE CIDADANIA – RBC, COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELAS LEIS Nº 2.869/2019, Nº 3.391/2023, Nº 3.405/2023 E Nº 3.423/2023, E DISPÕE SOBRE SUA OPERACIONALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARICÁ.**

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 2.869, de 19 de junho de 2019, que produziu alterações substanciais na Lei nº 2.641, que "Instituiu o Programa de Renda Básica de Cidadania-RBC", tornando ineficaz o Decreto 124, de 15 de dezembro de 2015, que a regulamentou;

**CONSIDERANDO** a absorção da Renda Mínima Mumbuca, Renda Mínima Gestante, e Renda mínima Jovem Solidário pelo programa RBC através da lei 2.869/2019.

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar celeridade ao processo de transferência de renda aos beneficiários dos programas absorvidos.

**CONSIDERANDO** o amadurecimento da Renda Básica de Cidadania no âmbito do Município de Maricá, e seu estabelecimento fator chave no desenvolvimento da economia da Cidade, e na distribuição direta de renda.

**CONSIDERANDO** ainda, a necessidade de se normatizar de forma eficiente a operacionalização do Programa Renda Básica de Cidadania – RBC, com a indicação de atribuições e competências de cada entidade, órgãos e secretarias responsáveis pela execução do programa.

**CONSIDERANDO** que devem ser adotados critérios objetivos para a concessão do benefício do Programa Renda Básica de Cidadania – RBC, bem como, do cadastramento de estabelecimentos comerciais, que atendam aos beneficiários do programa.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ**, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

## Capítulo I
## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
### SEÇÃO I
### Da Finalidade da Renda Básica de Cidadania

**Art. 1º** A Renda Básica de Cidadania tem por finalidade apoiar financeira e socialmente todas as famílias beneficiárias, de forma a potencializar as capacidades de seus membros e ampliar as alternativas que possibilitem a sua integração e inclusão social e econômica.

**Art. 2º** Os objetivos do Programa Renda Básica de Cidadania, em relação aos beneficiários é garantir os direitos básicos à população maricaense sendo eles:

**I –** diminuir a desigualdade e implantar um princípio de igualdade social entre os munícipes;

**II –** melhorar os níveis de educação e qualidade de vida das famílias que vivem no Município;

**III –** garantir o ingresso e permanência de crianças e adolescentes na escola;

**IV –** promover o acesso à rede de serviços de saúde e educação;

**V –** promover igualdade de oportunidade para os cidadãos maricaenses;

**VI –** complementar igualmente a renda dos munícipes de Maricá;

**VII –** promover e incentivar a emancipação econômica das famílias;

**VIII –** promover e incentivar a capacitação e apoiar os membros das famílias para o ingresso no mercado de trabalho.

**Art. 3º** A Renda Básica de Cidadania é benefício social de circulação restrita no Município de Maricá sendo paga em Moeda Social Mumbuca.

**SEÇÃO II**

**Das Competências e das Responsabilidades das Secretarias Municipais**.

**Art. 4º** À Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social caberá a coordenação do Programa Renda Básica de Cidadania e deverá:

**I –** promover e apoiar ações que viabilizem a gestão intersetorial;

**II –** disponibilizar serviços e estruturas institucionais;

**III –** promover o cadastramento dos beneficiários;

**IV –** emitir relatório técnico acerca da condição social dos candidatos ao Programa Renda Básica de Cidadania, bem como dos beneficiários a serem recadastrados.

**V –** promover ações de sensibilização e capacitação de profissionais para o acompanhamento dos beneficiários;

**VI –** coordenar o planejamento, a implantação e a execução das ações relativas à Renda Básica de Cidadania;

**VII –** articular intersetorialmente ações para a implementação e execução do Programa Renda Básica de Cidadania;

**VIII –** promover a articulação entre as secretarias envolvidas na execução das ações do Programa Renda Básica de Cidadania, para promover igualdade social;

**IX –** articular os Programas de Transferência de Renda, com as políticas econômicas, sociais e urbanas do município;

**X –** acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados ao RBC;

**XI –** garantir apoio técnico-institucional para a gestão;

**XII –** estabelecer parcerias com órgãos e instituições do Município;

**XIII –** homologar a concessão de benefício da Renda Básica de Cidadania;

**XIV –** ordenar a suspensão do pagamento do Programa Renda Básica de Cidadania;

**XV –** receber sugestões, críticas e denúncias e lhes dar solução e/ou encaminhamentos;

**XVI –** propiciar articulação com os programas de transferência de renda do Governo Municipal, Estadual e Federal, sempre que se fizer necessário;

**XVII –** avaliar todos os procedimentos pertencentes para execução do Programa Renda Básica de Cidadania e propor medidas de fiscalização, ajustamento e aperfeiçoamento;

**XVIII –** coordenar ações periódicas de recadastramento dos beneficiários.

**XIX –** monitorar os comércios cadastrados, suas condutas, e orientar o descredenciamento dos comércios que tenham condutas que afrontem esse regulamento.

**Art. 5º** À Secretaria de Assistência Social e Cidadania deverá fornecer mensalmente, ou sempre que solicitada pela Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social, relação atualizada dos inscritos no Cadastro Único (CAD Único).

**Art. 6º** As demais Secretarias Municipais deverão:

**I –** promover e apoiar ações que viabilizem a gestão intersetorial;

**II –** apoiar e estimular o cadastramento dos beneficiários;

**III –** apoiar ações de integração e inclusão na perspectiva da promoção social dos cidadãos maricaenses.

**SEÇÃO III**

**Do Agente Operador**

**Art. 7º** O Município de Maricá, terá como Agente Operador do programa Renda Básica de Cidadania, instituição responsável para operar a Moeda Social Mumbuca.

**§ 1º** Caberá à instituição de que trata o *caput* deste artigo a função de Agente operador e pagador do Programa Renda Básica de Cidadania, obedecidas as exigências legais.

**§ 2º** Sem prejuízo de outras atividades, a instituição poderá, desde que pactuados, realizar, dentre outros, os seguintes serviços:

**I –** fornecimento da infraestrutura necessária à organização e à manutenção dos Cartões, ou outra tecnologia para o recebimento do benefício;

**II –** desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados;

**III –** organização e operação da logística de pagamento dos benefícios;

**IV –** elaboração de relatórios e fornecimento de bases de dados necessários ao acompanhamento, ao controle, à avaliação e à fiscalização da execução do Programa Renda Básica de Cidadania.

**§ 3º** As despesas decorrentes dos procedimentos necessários ao cumprimento das atribuições de que trata o § 1º, serão custeadas à conta das dotações orçamentárias consignadas à Renda Básica de Cidadania.

**Art. 8º** A parceria/contrato de Agente Operador se dará por meio de chamamento público voltado para Organizações da Sociedade Civil – OSC, seguindo os ditames da Lei Federal 13.019/2014, ou contratação de empresa especializada por meio da Lei Federal 14.133/2021.

## Capítulo II
## DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA
### SEÇÃO I
### Da Seleção E Inclusão Das Pessoas No Programa

**Art. 9º** A Renda Básica de Cidadania constituirá no direito de todos os cidadãos que residam no Município há, no mínimo 5 (cinco) anos e, que possuam renda familiar de até 3 (três) salários mínimos nacionais vigentes.

**§ 1º** A Renda Básica de Cidadania beneficiará cidadãos residentes e domiciliados no Município de Maricá, comprovado mediante a apresentação dos seguintes documentos originais com as devidas cópias físicas:

**I –** RG;

**II –** CPF;

**III –** Cadastro Único (Declaração atualizada do NIS);

**IV –** Comprovante de residência, nos moldes da Lei Federal Nº 6.629 de 1979;

**V –** Certidão de nascimento dos filhos, e/ou dependentes;

**VI –** Carteira de trabalho;

**VII –** Comprovante de renda, seja contracheque, e extrato do CNIS.

**§ 2º** A habilitação das pessoas para a inclusão na Renda Básica de Cidadania ocorrerá por meio do cadastramento junto à Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social.

**§ 3º** A Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social convocará, em até 12 (doze) meses da data da publicação deste regulamento, todos os beneficiários do Programa Renda Básica de Cidadania, para regularização cadastral e recadastramento, a fim de que se enquadrem no disposto neste decreto.

**§ 4º** O benefício do Programa Renda Básica de Cidadania consiste em um valor mensal pago para cada Pessoa Física dependente, e para o Titular (Responsável Familiar), na conta benefício do Titular.

**Art. 10.** Ficam Dispensados da comprovação do tempo mínimo de 5 (cinco) anos de moradia do município:

**I –** as crianças recém nascidas, tuteladas, adotadas, ou sob quaisquer outras formas de responsabilidade de seus responsáveis familiares;

**II –** as famílias em situação de vulnerabilidade social que, após avaliação técnica do Serviço Social, tenham a necessidade de inclusão identificada, para garantir a qualidade de vida e igualdade social.

**§ 1º** Consideram-se famílias em situação de vulnerabilidade social, àquelas que:

**I –** possuam renda *per capta* até meio salário mínimo;

**II –** que residam em moradia inadequada ou localizadas em áreas de risco;

**III –** com falta de acesso à saneamento básico e/ou luz elétrica;

**IV –** família com presença de crianças, idosos, pessoas com deficiência, ou com grande número de membros e poucos adultos provedores;

**V –** e famílias com fragilidade ou ruptura de vínculos afetivos, vivência de violência doméstica, exposição a situação de risco social.

**§ 2º** A dispensa de que trata o *caput* restringe-se, exclusivamente, à comprovação de tempo mínimo de moradia, restando obrigatórios o cumprimento dos demais critérios e requisitos estabelecidos no art. 9º deste regulamento.

**Art. 11.** Os munícipes que têm direito ao RBC, serão incluídos a partir de cadastramento realizado anualmente pela Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social, respeitada a ordenação por menores faixas de Renda, além da disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 12.** A Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social fará, anualmente, ou sempre que necessário, o recadastramento dos beneficiários do Programa.

**Parágrafo único.** A Secretaria deverá informar aos beneficiários com pelo menos 30 dias de antecedência:

**I –** o período de recadastramento;

**II –** a documentação necessária para o recadastramento;

**III –** os locais de recadastramento e os respectivos horários de atendimento.

**Art. 13.** Os beneficiários do Programa Renda Básica de Cidadania não poderão acumular o benefício do Mumbuca Indígena.

**Parágrafo único.** O beneficiário que, por ventura, esteja recebendo ambos os benefícios na data da publicação deste decreto, passará a receber o benefício com maior valor.

**SEÇÃO II**

**Do Pagamento E Da Manutenção Dos Benefícios**

**Art. 14.** O repasse dos valores a título de benefício ao Agente Operador da Moeda Social se dará por processo estabelecido na Legislação Municipal vigente, que estabelece os procedimentos de contratação e dos seus respectivos processos de pagamento no âmbito da administração pública direta.

**Art. 15.** No fluxo de pagamento estão incluídas as seguintes secretarias e órgãos da administração pública direta:

**I –** a Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social, responsável pelo controle dos beneficiários e instrumentalização do processo de pagamento, incluindo fiscalização do benefício e do Agente Operador da Moeda Social;

**II –** a Assessoria de Conformidade Processual, responsável pela aferição da conformidade do processo de pagamento com a legislação municipal;

**III –** a Secretaria de Planejamento, Contabilidade e Finanças, através da Subsecretaria de Finanças, responsável pela elaboração da ordenação da despesa e pagamento do montante ao Agente Operador da Moeda Social;

**IV –** o Agente Operador da moeda responsável por creditar os valores nas contas benefício dos beneficiários do Programa Renda Básica de Cidadania.

**Art. 16.** Os benefícios a que se refere este regulamento serão pagos, mensalmente, por meio da Moeda Social Mumbuca, através de cartão, ou outras tecnologias com a identificação do beneficiário.

**Art. 17.** Cadastrado o beneficiário e concedido o benefício, serão providenciados, para efeito de pagamento:

**I –** pela Prefeitura Municipal de Maricá, através da Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social:

**a)** a notificação da concessão à instituição conveniada operadora do programa da inclusão do novo beneficiário;

**b)** orientação e esclarecimento ao beneficiário sobre suas responsabilidades e compromissos, para a manutenção de seu benefício;

**c)** orientação ao novo beneficiário, sobre o calendário de pagamento.

**II –** pela instituição conveniada operadora e pagadora da RBC:

**a)** a emissão, se devida, de cartão de pagamento em nome do titular do benefício;

**b)** a entrega do cartão ao titular do benefício;

**c)** Orientação ao beneficiário quanto ao uso da conta benefício, através do aplicativo, e uso do cartão, quando houver.

**Art. 18.** O cartão de pagamento que identifica o beneficiário, é de uso pessoal e intransferível e sua apresentação será obrigatória em todos os atos junto a Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social e ao Agente Operador da Moeda Social Mumbuca, relativos à Renda Básica de Cidadania.

**Art. 19.** Os valores colocados à disposição do titular do benefício, não sacados ou não utilizados por mais de 90 (noventa dias), serão restituídos, pelo agente operador, à prefeitura, e o beneficiário terá o seu benefício bloqueado.

**§ 1º** No caso do bloqueio do *caput*, o desbloqueio se dará por meio de solicitação formal do beneficiário à Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social, que deverá verificar, no ato da solicitação, se o beneficiário conserva as condições estabelecidas neste regulamento para a manutenção do benefício;

**§ 2º** O beneficiário que incorrer 3 (três) vezes, no que dispõe o *caput*, terá seu benefício cancelado.

**Art**. **20.** Os beneficiários que utilizarem a moeda social, ou o sistema de operacionalização da moeda social, para a realização de troca dos valores do Programa Renda Básica de Cidadania por Moeda de Circulação Nacional, terão seu benefício suspenso por tempo indeterminado, e este só será reestabelecido após avaliação que reste comprovado a inexistência do mal uso.

**§ 1º** Identificada a inexistência da ocorrência do fato citado no *caput* e comprovada a situação de vulnerabilidade social do beneficiário, o benefício será reestabelecido;

**§ 2º** Comprovada a existência do fato citado no *caput*, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis, o beneficiário que incorrer na conduta terá seu benefício cancelado.

**Art. 21.** As pessoas atendidas pelo Programa Renda Básica de Cidadania permanecerão com os benefícios liberados mensalmente para pagamento, salvo na ocorrência das seguintes situações:

**I –** descumprimento dos termos constantes neste regulamento do Programa Renda Básica de Cidadania, que acarrete bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício concedido;

**II –** comprovação de fraude ou prestação deliberada de informações incorretas quando do cadastramento ou atualização cadastral;

**III –** desligamento por ato voluntário do beneficiário ou por determinação judicial;

**IV –** alteração cadastral do beneficiário, cuja modificação implique na inadequação ao RBC.

**Parágrafo único.** No caso de normalização do cumprimento dos termos do regulamento da RBC, o pagamento do benefício será, após análise do Serviço Social, restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

**Art. 22.** Em caso de óbito do Titular do Benefício, a titularidade poderá ser transferida àquele dependente devidamente inserido no núcleo familiar do titular que notificar a Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social.

**§ 1º** O dependente que desejar assumir a titularidade do benefício, na hipótese do *caput* desse artigo, deverá cumprir os requisitos, e apresentar a documentação exigida pelo artigo 9º deste regulamento;

**§ 2º** Caso não notificado o falecimento do Titular do Benefício, este será cancelado no ato da atualização da base de inscritos no Cadastro Único, impossibilitando a reativação, devendo os dependentes solicitar cadastramento de um novo benefício, quando os novos cadastros se iniciarem;

**Art. 23.** Em caso de falecimento de dependente, o Titular do Benefício deverá, no prazo máximo de 30 dias, solicitar a exclusão do dependente falecido, sob pena de bloqueio do benefício até a regularização.

**Parágrafo único.** Na hipótese de não exclusão ou bloqueio do benefício no prazo estabelecido no *caput*, os valores utilizados indevidamente deverão ser devolvidos para os cofres públicos.

**Art. 24.** O beneficiário será desligado do Programa Renda Básica de Cidadania, mediante relatório técnico elaborado pela Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social, quando:

**I –** houver reiterado descumprimento das condicionantes estabelecidas neste regulamento;

**II –** não mantiver os requisitos estabelecidos no art. 9º deste regulamento.

**Parágrafo único.** Será desligada da RBC, definitivamente a pessoa que prestar declaração falsa ou usar de qualquer outro meio ilícito e ou fraudulento para a obtenção de vantagens não sendo permitido o retorno ao benefício.

**Art. 25.** A Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social deverá informar ao Agente Operador da Moeda Social os desligamentos e bloqueios no prazo máximo de 24 horas.

**Parágrafo único.** O Agente Operador da Moeda Social deverá proceder, imediatamente à notificação, com o bloqueio, ou cancelamento do benefício e retenção dos valores pagos indevidamente quando existirem, devendo o Operador da Moeda Social devolver esses valores aos cofres públicos e apresentar os documentos comprobatórios da devolução à prestação de contas.

## Capítulo III
## DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

**Art. 26.** A apuração das denúncias relacionadas à execução do Programa Renda Básica de Cidadania será realizada pela Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social.

**Parágrafo único.** As denúncias poderão ser encaminhadas à Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social através dos canais formais de atendimento, bem como através de linha telefônica exclusiva.

**Art. 27.** Sem prejuízo de sanção penal, civil e administrativa, o beneficiário que dolosa ou ilicitamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida.

**Art. 28.** Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigida na forma da lei.

**Art. 29.** Fica vedada a alocação, para o exercício de funções relacionadas à gestão, fiscalização, monitoramento, avaliação, concessão, homologação, pagamento ou controle do Programa Renda Básica de Cidadania – RBC, de servidor público que tenha mantido, nos últimos 5 (cinco) anos, quaisquer vínculos jurídicos, funcionais, profissionais, contratuais, associativos ou econômicos com OSC parceira ou contratada no âmbito do Programa.

**§ 1º** Para fins do disposto no *caput*, consideram-se vínculos, dentre outros:

**I –** participação como dirigente, empregado, colaborador, prestador de serviço ou consultor da OSC;

**II –** vínculo societário, ainda que indireto;

**III –** atuação voluntária com poder de gestão ou influência decisória;

**IV –** relação de parentesco até o terceiro grau com dirigente da OSC parceira.

**§ 2º** A vedação prevista neste artigo aplica-se às funções que envolvam tomada de decisão, análise técnica, emissão de parecer, homologação, autorização de pagamento, fiscalização contratual ou qualquer atividade que possa ensejar situação de conflito de interesses.

**§ 3º** A inobservância do disposto neste artigo sujeitará o agente público às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e penal.

## Capítulo IV
## DA FISCALIZAÇÃO DOS COMÉRCIOS CADASTRADOS PARA ACEITAR O RBC

**Art. 30.** Os comércios e comerciantes de produtos e serviços que desejem aceitar pagamentos em Moeda Mumbuca com recursos oriundos do RBC serão cadastrados pelo Agente Operador da Moeda Social.

**Art. 31.** Caberá à Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social criar, junto ao Agente Operador, canais de denúncia de irregularidades no recebimento de pagamentos por produtos e serviços com recursos oriundos do RBC.

**Art. 32.** Será orientado ao Agente Operador, descadastramento dos comércios, ou comerciantes de produtos e serviços que:

**I –** promoverem cobranças abusivas aos beneficiários do RBC;

**II –** aumentarem, ou acrescerem deliberadamente o valor dos produtos e serviços em face do pagamento em Moeda Social oriunda do RBC;

**III –** procederem a troca do benefício RBC, pago em Moeda Social Mumbuca, por moeda nacional corrente ou qualquer outro título de crédito;

**IV –** falsearem as informações fornecidas no ato do cadastramento;

**V –** não possuírem sua atuação dentro do Município de Maricá;

**VI –** empresas de grande porte que não possuam endereço no Município de Maricá;

**VII –** aceitarem pagamentos, em Moeda Social Mumbuca com recursos oriundos do RBC, a produtos vendidos ou serviços prestados fora do Município de Maricá;

**VIII –** incorrerem em crimes, respeitada a presunção de inocência, da lei 1.521 de 26 de dezembro de 1951, ou crimes contra a Ordem Tributária, e Econômica Nacional, ou quaisquer crimes correlatos à atividade econômica, além dos crimes contra o patrimônio do Decreto-lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, ou ainda crimes contra a relação de consumo, estabelecidos na Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, por meio da transação dos recursos oriundos do RBC em Moeda Social.

**Parágrafo único.** Caso o comerciante de produtos e serviços incorra em alguma das hipóteses elencadas neste artigo, após efetuado o descadastramento, o Agente Operador deverá comunicar às autoridades competentes, quando cabível, da ocorrência de possível ato criminoso.

**Art. 33.** Em caso de descadastramento do comércio, ou comerciante de produtos e serviços, não haverá prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas.

**Art. 34.** Os comércios e comerciantes de produtos e serviços que desejarem aceitar a Renda Básica de Cidadania através da Moeda Social Mumbuca deverão estar com sua situação cadastral em dia, e apresentar documentações que comprovem a regularidade formal e fiscal.

**§ 1º** O Agente Operador da Moeda Social deverá, semestralmente, aferir a regularidade formal e fiscal dos comércios credenciados.

**§ 2º** Aferida a regularidade disposta no §1º deste artigo, o Agente Operador da Moeda Social providenciará um relatório à Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Social, informando se houve, e quantos comércios foram descredenciados, ou credenciados no período.

## Capítulo V
## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 35.** Ficam revogados os Decretos n° 124/2015 e 125/2015.

**Art. 36.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2026.

## Washington Luiz Cardoso Siqueira

## PREFEITO DE MARICÁ

# ANEXO I

# FLUXO DE PAGAMENTO DO PROGRAMA MENSAL DO PROGRAMA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

